



PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PROCESSO nº 3838/2022

PROJETO INDICATIVO: 74/2022

PROCEDÊNCIA: Vereador Saulinho da Academia

ASSUNTO: “ Dispõe sobre a implantação do Programa “Bueiro Inteligente” como prevenção às enchentes no Município da Serra e da outra providência. ”

I - RELATÓRIO

Da Sistemática no Processo Legislativo da Câmara Municipal de Serra e da Manifestação da Consultoria Jurídica Legislativa.

Trata-se de parecer acerca da legalidade e constitucionalidade do Projeto Indicativo Nº 74/2022 de autoria do ilustre Vereador Saulinho da Academia, que: **“ Dispõe sobre a implantação do Programa “Bueiro Inteligente” como prevenção às enchentes no Município da Serra e da outras providências. ”**

Segue em observância às prerrogativas legais e regimentais ao qual está inserido, é o parecer para expor fundamentadamente o entendimento quanto à sua constitucionalidade, legalidade e instrumentalidade processual legislativa, observando, sobremaneira, a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica do Município de Serra e o Regimento Interno da Câmara Municipal de Serra.

II - FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição Federal promulgada em 1988 contemplou a existência de entes federativos em três níveis, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, dotando-os de autonomia e atribuindo a cada um, campos de atuação estatal determinados.

Essa discriminação ou repartição de competências, no entanto, pode ser apresentada de duas naturezas: legislativas ou material.





Constituem competências legislativas privativas da União as matérias arroladas no artigo 30 da Constituição Federal.

Por seu turno, foram igualmente discriminadas pelo Constituinte Originário a **competência suplementar aos Municípios**, para agir, administrar e atuar em situações concretas, suplementando a legislação federal e estadual no que couber, e ainda para legislar sobre assuntos de interesse local consoante disposto no art.30, incisos I e II da Carta Magna.

Com base no artigo 30, inc. I, e II, da Constituição Federal, do artigo 28, inc. I, e II da Constituição Estadual e do artigo 30, inc. I, e II, e 99, inc. XIV, da Lei Orgânica Municipal, todos presentem que asseguram a competência da Câmara Municipal para legislar acerca dos contextos de interesse local, conforme a legislação federal e estadual.

De acordo com a **Constituição Federal**:

Art. 30. Compete aos Municípios:

- I – legislar sobre assuntos de interesse local;
- II – suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Art. 28. Compete ao Município:

- I – legislar sobre assunto de interesse local;
- II – suplementar a legislação federal e estadual no que couber;

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SERRA

Art. 30. Compete ao Município da:

- I – legislar sobre assuntos de interesse local;
- II – suplementar a legislação federal e estadual, no que couber;

Art. 99. Compete a Câmara, com a sanção de Prefeito:

XIV – legislar sobre assuntos de interesse local

Art. 30. Compete aos Municípios:

- III – legislar sobre assuntos de interesse local;
- IV – suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;





Nesse sentido, de acordo com o artigo 1º da Minuta do Projeto Indicativo 74/2022, o mesmo demonstra-se amparado juridicamente, sendo matéria passível de suplementação, uma vez que não se pretende legislar sobre normas gerais.

Além disso, conforme a justificativa do referido projeto, tem por objetivo a implantação do programa “Bueiro Inteligente” de modo que, o escoamento de água seja realmente feito de maneira eficaz e ágil, minimizando os efeitos do alagamentos e enchentes.

Por conseguinte, o art. 23, Inciso IX da Constituição Federal pretende promover melhorias das condições habitacionais e de saneamento básico, sendo de competência administrativa comum, portanto atribuída a todos os entes federativos, À União, aos Estados-membros, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Ademais, cumpre destacar que a competência para iniciativa da lei no âmbito municipal é privativa do Poder Executivo, visto que se trata de uma norma elencada no artigo 143, Inciso V da Lei Orgânica do Município da Serra, qual seja:

Art. 143 - A iniciativa das leis compete a qualquer Vereador ou Comissão da Câmara Municipal, ao Prefeito Municipal, e aos cidadãos na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

Parágrafo Único. São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

[...]

II - organização administrativa e pessoal da administração do Poder Executivo;

V - criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e órgãos do Poder Executivo.

(Grifos apostos)

Contudo, o Projeto Indicativo é a recomendação da Câmara Municipal ao Poder Executivo local, no sentido de que este promova a abertura de processo legislativo que verse sobre matéria de sua competência, nos termos do artigo 136 do Regimento Interno da Câmara Municipal da Serra.





Art. 136. O Projeto Indicativo é a recomendação da Câmara Municipal da Serra ao Poder Executivo local, no sentido de que este promova a abertura de processo legislativo que verse sobre matéria de sua competência.

III – CONCLUSÃO

Dessa forma pelos fundamentos já expostos, opina esta Comissão **pelo prosseguimento ao aludido Projeto Indicativo nº 74/2021** de autoria do ilustre Vereador Saulinho da Academia ao Chefe do Poder Executivo, **haja vista tratar-se de uma norma de interesse local e encontra-se em conformidade com a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional.**

São as elucidações que constituem nosso Parecer.

Serra/Es, 20 de março de 2023

WILIAN SILVAROLI
PRESIDENTE
RELATOR

DR. WILLIAM MIRANDA
VICE-PRESIDENTE

SÉRGIO PEIXOTO
SECRETÁRIO

